O PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL/9 ANOS.

Edineide da Cunha Santos]

**RESUMO**

O referido estudo teve como objetivo favorecer o processo de inclusão escolar da criança autista na primeira fase do Ensino Fundamental/9 anos, levando assim uma reflexão a cerca do processo inclusão da criança autista nos anos iniciais do Ensino Fundamental e os inúmeros desafios, tanto para o autista e colegas, quanto para educadores. O mesmo foi desenvolvido por meio de uma abordagem bibliográfica, no intuito de levantar dados coerentes para melhor compreender o processo de inclusão da criança com autismo nos primeiros anos do ensino regular. Com foco no estudo bibliográfico foi possível compreender como se dá o processo de inclusão em todos os meios, e mais precisamente o quanto é complexo esse processo na vida de uma criança com Transtorno do Espectro Autista-TEA. Foi possível ainda compreender, que o processo de inclusão do autista é fundamentalmente importante que aconteça nos primeiros anos do Ensino Fundamental, exatamente porque a criança precisa aprender a conviver e socializar com as demais crianças, professores e funcionários da escola. Lembrando que, a mesma precisa adquirir hábitos de convivência e aceitação, porque eles são seletivos, observadores e a rotina é uma aliado importantíssimo em seu dia-a-dia. Conclui-se, que o processo de inclusão precisa iniciar de forma coerente e precisa nos primeiros anos do Ensino Fundamental/9anos, pois é extremamente relevante para o processo de desenvolvimento social, emocional e educacional, promovendo assim, não somente a inclusão, mas também socialização, interação e aceitação ao espaço, aos colegas e professores, sendo assim medidas fundamentais para o processo de aprendizagem de todo e qualquer aluno.

Palavras-chave: Autismo; Inclusão; Ensino Fundamental

**INTRODUÇÃO**

O estudo em pauta está voltado para o processo de inclusão da criança autista nos primeiros anos do Ensino Fundamental/9 anos. Sabendo que a escola é fundamentalmente importante nessa iniciativa, por essa razão a mesma precisa se adequar para assim promover a esse aluno um espaço adequado e com profissionais capacitados.

Ressaltando que a inclusão precisa acontecer e para a criança autista se torna mais desafiadora, exatamente porque ela tem seus limites, seu mundo e sua própria maneira de socialização, isto é, ela precisa de total atenção em relação a espaço, metodologia e didática.

O Processo de Inclusão da Criança Autista nos primeiros anos, mas precisamente do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental/9 anos é fundamentalmente eficaz. Pois o mesmo precisa se adequar a uma nova realidade, que de certa forma para eles é desafiadora, exatamente porque passarão há viver uma realidade completamente fora de sua rotina diária, aprendendo a conviver assim não só em diferentes meios sociais, mas também aprender a lidar com uma série de mudanças habituais.

É necessário compreender a inclusão da criança autista no Ensino Fundamental/9 anos, como uma ferramenta indispensável em todas as futuras etapas da vida desse sujeito, exatamente porque, quanto antes tomar medidas para facilitar o processo de socialização e interação, maiores as possibilidades de desempenho psicológico, social e educacional. Ressaltando que, a criança com TEA, assim como toda e qualquer criança precisa se adaptar a escola, assim como o ambiente de ensino precisa adequar-se a atender toda e qualquer necessidade do aluno. Aparentemente um processo complexo, porém indispensável para promover o processo inclusivo de todo e qualquer individuo com alguma necessidade especial.

Para melhor absorção sobre a temática foi feita uma pesquisa bibliográfica, que contribuiu positivamente para a formação pessoal e profissional sobre a inclusão de crianças autistas nas redes de ensino regular. O referido estudo teve como objetivo principal, favorecer o processo de inclusão escolar da criança autista na primeira fase do Ensino Fundamental/9 anos, especificando ainda a parceria família-escola, e a reflexão acerca do processo inclusão da criança autista nos anos iniciais do Ensino Fundamental e seus desafios, e ainda a busca de compreender o processo de inclusão como fundamental no desempenho educacional da criança autista. É importante acrescentar que, o processo de inclusão do autista é fundamentalmente importante que aconteça nos primeiros anos do Ensino Fundamental, exatamente porque a criança precisa aprender a conviver e socializar com as demais crianças, professores e funcionários da escola. Ressaltando que, a mesma precisa adquirir hábitos de convivência e aceitação, porque eles são seletivos, observadores e a rotina é uma aliado importantíssimo em seu dia-a-dia.

**DESENVOLVIMENTO**

Compreender o processo de inclusão é necessário, exatamente porque é preciso estar inserido em um espaço, em um meio, em um ambiente. A inclusão por sua vez acontece quando é possível conviver em um meio em que as diferenças não são consideradas obstáculos, mas sim uma oportunidade para reescrever uma nova historia e conquistar assim o espaço que todo e qualquer indivíduo merece em sociedade, independente de qualquer posição, classe, credo, cor ou condições físicas e psicológicas.

Portanto, a “inclusão é a base da vida social onde duas ou mais pessoas se propõem a, ou têm que, conviver; já que muitas vezes o convívio não depende apenas da vontade individual” (MAZZOTA, 2002, p. 10). Como se pode observar incluir é uma necessidade de cada ser, pois é necessário viver em sociedade e aprender a conviver em meio as diferenças, respeitando sempre o espaço do outro.

Para dar mais ênfase a esse ponto de vista Fonseca (1995 p.56), afirma que: "[...] incluir os alunos com deficiência nas turmas de educação regular eleva a convivência de cada aspecto inter-relacionado da escola como uma comunidade."

De acordo com essa observação é importante acrescentar que o processo de inclusão precisa acontecer de forma coerente, sendo abrangente e conciso, exatamente porque todo aluno precisa estar em um ambiente no qual se sinta confortável e amparado. E a criança com necessidades especiais precisa ser aceita da forma que ela é, precisa ter suas limitações respeitadas e trabalhadas no espaço educacional.

Como aponta Glat (1998, p.369), “o processo de inclusão é algo que transcende o plano das ideias. A intenção hoje não é mais discutir se deve ou não integrar e incluir todos os alunos, mas como integrar / incluir”. De fato, para incluir uma criança com alguma limitação no âmbito escolar se faz preciso uma série de medidas para que essa criança sinta-se acolhida em um ambiente propício e acima de tudo favorável ao seu desempenho emocional e educacional.

Fica claro novamente, que o processo de inclusão precisa acontecer dentro do espaço escolar de uma forma ampla, abrangendo assim não somente o âmbito educacional, mas também família e sociedade. Para que assim se torne possível acontecer a inclusão, não somente na escola mas em todos os âmbitos, seja ele, dentro ou fora da instituição de ensino.

Assim sendo, “[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional [...] que propõe o modo de organização dos sistema educacional que considera as necessidades de todos. (MANTOAN 2006, p. 19). De fato, mas essa mudança precisa acontecer o mais rápido possível, levando em consideração os fatores favoráveis ao desenvolvimento educacional de cada discente com necessidades especiais.

Para dar mais ênfase a esse posicionamento, Duk (2006, p. 56), afirma que é importante acompanhar o processo de inclusão das crianças nas escolas. Porque de acordo com seu ponto de vista a inclusão envolve o sistema educacional num contexto mais amplo, não podendo acontecer de forma isolada, pois esta atitude complicaria a implementação da inclusão nos diversos níveis do sistema educacional ou social e estes permaneceriam imutáveis dando oportunidade as manifestações de exclusão e discriminação.

Como se pode observar, a inclusão precisa acontecer de forma transparente, tendo a sociedade como espectadores assíduos nesse processo inclusivo, isto é, ela precisa acontecer dentro e fora do espaço escolar, porque só assim é possível entender os fatores relativos que leva a compreensão do verdadeiro sentido de incluir ou ser incluído em um espaço.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96, no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996).

Diante da Lei mencionada acima, subtende-se que as escolas têm por obrigação receber a criança com necessidades especiais em um espaço apropriado e com profissionais capacitados para atender qualquer necessidade do aluno. A Escola particular não é diferente, ela tem que estar preparada estruturalmente e profissionalmente para prestar serviços à criança com necessidades especiais, favorecendo assim o aprendizado e a inclusão.

Inclusive o capitulo V da LDB, trata exclusivamente dos direitos dos “educandos portadores de necessidades especiais”, o Art. 58 defende à educação nas escolas regulares, preferencialmente; institui o dever do Estado de estabelecer os serviços, recursos e apoios necessários para garantir escolarização de qualidade para esses estudantes, assim como o Art. 3, estabelece o dever das escolas de responderem a essas necessidades, desde a educação infantil (BRASIL, 1996).

Como se pode observar, toda criança com necessidades especiais tem direito há uma educação de qualidade, tanto quanto qualquer criança “dita normal”. E a escola por sua vez tem que se adequar as necessidades física, psicológica e emocional do aluno. Promovendo assim, ao aluno um ambiente acolhedor.

De fato, “o sucesso do processo de inclusão escolar depende de fatores de diferentes ordens (estruturais, ideológicos, políticos, técnicos) [...]. No trabalho pedagógico, essa necessidade faz-se mais evidente por ser o espaço onde a inclusão se efetiva.” (MARTÍNEZ, 1997, p. 74).

Percebe-se que o processo de inclusão é fundamental, e inicialmente esse contato acontece no espaço escolar, o primeiro momento no qual a criança se depara fora de sua rotina familiar. E para a criança autista se torna uma ocasião complexa e de difícil aceitação, exatamente porque essa nova realidade não faz parte de seu dia-a-dia.

Enfim, a inclusão antes de tudo precisa acontecer no interior de cada individuo, deve ser fomentada no decorrer do convívio diário e acima de tudo, há necessidade de despertar na criança desde muito cedo o respeito pelas diferenças alheia, promovendo o processo de interação e aceitação, facilitando assim, a inclusão da criança autista e de toda criança com necessidades especiais nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

**CONCLUSÃO**

Esse estudo bibliográfico contribui muito para compressão sobre o processo de inclusão da criança autista no Ensino Fundamental/ 9 anos. Pois o mesmo teve base em artigos e livros voltados para essa visão inclusiva, sendo assim possível absorver mais conhecimento sobre a temática. Por intermédio dessa analise possibilitou a expansão das ideias sobre o quanto é importante à inclusão dos alunos autistas nas escolas de educação básica.

Lembrando ainda que, de acordo com os dados levantados na pesquisa, o mais importante é compreender a escola como um espaço indispensável no processo de inclusão para todo e qualquer sujeito em toda e qualquer fase do desenvolvimento humano, pois é exatamente na instituição de ensino que a criança aprende a conviver diariamente com pessoa fora de seu convívio familiar. Isto é, neste espaço é que se faz preciso promover a interação, aceitação e inclusão.

Ressaltando que, a criança com TEA, assim como toda e qualquer criança precisa se adaptar a escola, assim como o ambiente de ensino precisa adequar-se a atender toda e qualquer necessidade do aluno. Aparentemente um processo complexo, porém indispensável para promover o processo inclusivo de todo e qualquer individuo com alguma necessidade especial.

Enfim, discutir a cerca do processo de inclusão da criança com TEA no Ensino Fundamental foi bastante viável, pois o que se observou é que se faz preciso repensar a ideia de inclusão, de modo geral dentro das escolas, exatamente porque são inúmeras as Leis que defendem esse direito, mas a realidade é bem diferente do que está definido nos Artigos da LDB, Declaração de Salamanca, dentre outras que defendem o processo de inclusão de forma coerente e precisa. Então, o que se busca nessa tentativa, é que a inclusão aconteça verdadeiramente da forma que se apresenta dentro das Leis que respalda todo e qualquer sujeito com necessidades de um acompanhado especializado inclusivo na escolas de educação básica.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. São Paulo: Saraiva, 1996.

DUK. C. Educar na diversidade: material de formação docente, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006

FONSECA. Vitor. Educação Especial estimulação Precoce: Feuerstein. 2ª ed. Artes médicas: Porto Alegre-RS, 1995.

GLAT, R. A Integração Social dos Portadores de Deficiências: uma reflexão. RJ: Sette Letras, 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Egler..Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MARTÍNEZ, A. M. Criatividade no Trabalho Pedagógico e Criatividade na aprendizagem: Uma realidade necessária? In: TACCA, M.C.V.R. (org). Aprendizagem e Trabalho pedagógico. Campinas. SP: Alínea, 1997

MAZZOTA, M. J. S. Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão socieducacional. São Paulo: Mackenzie, 2002.